

novo prazo ao Brasil

Economia

BIS concede

Basileia (Suíça) — O Banco de Compensações Internacionais (BIS) anunciou oficialmente ontem que concedeu ao Brasil uma prorrogação para o pagamento de um empréstimo de 400 milhões de dólares, que venceu ontem.

De acordo com um porta-voz, não se trata de uma prorrogação formal do prazo, mas sim uma promessa de que, "por enquanto", o BIS não recorrerá aos avalistas do empréstimo — os bancos centrais de diversos países — para reaver o dinheiro.

O porta-voz acrescentou que os empréstimos que o Brasil receberá em breve do Fundo Monetário Internacional (FMI) permitirão que o País regularize o seu empréstimo com o BIS.

O FMI tem compromissos para liberar empréstimos no valor de 4,9 bilhões de dólares ao Brasil. As liberações das parcelas desses empréstimos estão suspensas enquanto o Brasil e o FMI negociam algumas mudanças nos termos dos contratos.

O crédito de 400 milhões de dólares concedido pelo BIS ao Brasil é um empréstimo-ponte que foi liberado em dezembro do ano passado, enquanto o Brasil negociava os empréstimos com o FMI.

O BIS já prorrogou duas vezes o prazo para o pagamento, mas na segunda-feira desta semana informou que não haveria nova prorrogação e que esperava o pagamento na data

marcada, ou seja, ontem.

O BIS distribuiu uma nota, que diz, na íntegra:

"O Banco Central do Brasil nos informou que não é capaz de fazer o depósito referente ao pagamento do empréstimo-ponte do BIS que vence no dia 15 de julho.

"Por outro lado, entende-se que o FMI se sente encorajado pelas últimas medidas anunciadas pelas autoridades brasileiras, de maneira que há esperanças de que será possível, em breve, chegar-se a um acordo pormenorizado entre o Fundo e o Brasil, com o objetivo de reiniciar os desembolsos previstos no programa de empréstimos do FMI.

"O BIS espera com interesse este reinício, que facilitará o pagamento de seu empréstimo-ponte pelo Banco Central do Brasil e decidiu, assim, que embora não vá dar uma prorrogação formal da data de pagamento, não pedirá, por enquanto, aos bancos centrais que avalizaram o empréstimo para cumprir suas obrigações".

OTIMISMO

Fontes do Banco Central da Suíça informaram que, ao que tudo indica, o FMI liberará em breve para o Brasil um empréstimo de 400 milhões de dólares, a segunda parcela de seu empréstimo. Com isso, o Brasil terá condições de pagar o empréstimo ao BIS.

Bancos já falam em outro 'jumbo'

O Brasil já pode iniciar os preparativos da reunião do comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira para tratar do novo empréstimo-jumbo de US\$ 3,5 bilhões, afirmou ontem dirigente de um dos 42 bancos integrantes do comitê de coordenação da dívida, satisfeito com o desfecho favorável das pendências com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco de Compensações Internacionais (BIS).

Segundo a fonte, os credores externos esperam, para os próximos dias, a convocação da primeira reunião formal do comitê de assessoramento, presidido pelo vice-presidente do Citibank, William Rhodes, também responsável pelas renegociações das dívidas do México, Argentina, Uruguai e Peru.

O dirigente do banco estrangeiro ressaltou que o novo

"pacote" corretivo, baixado pelo Conselho de Segurança Nacional na última quarta-feira, mostrou à comunidade financeira internacional a firme intenção do Brasil de aceitar a supervisão do FMI de sua economia, até o final do acordo em 1985. Explicou que essa atitude brasileira facilitará o ingresso dos recursos necessários para o ajuste do balanço de pagamentos do país, no período crítico dos próximos três anos.

Apesar do rigor do novo decreto presidencial, o Brasil preferiu impor mais sacrifícios internos do que caminhar para o agravamento da crise cambial, observou o banqueiro. Elogiou também a decisão do presidente João Figueiredo de evitar de vez a moratória unilateral, um caminho perigoso para a abertura política, em razão do fechamento da economia brasileira ao mercado internacional.

Dívida ainda preocupa, diz Le Monde

Paris — Quase um ano depois "de a incapacidade do México em saldar os compromissos de sua dívida externa e provocar uma das piores crises da confiança conhecidas pelo Sistema Financeiro Internacional, a crise do Brasil lembra que, apesar das aparências, o problema do endividamento internacional continua a ser agora tão preocupante quanto antes, afirmou ontem o vespertino Le Monde, em editorial.

"Sejam quais forem os esforços realizados pelo país mais endividado do mundo, o saneamento financeiro continua subordinando a um fato que, dada a situação atual, escapa completamente ao Brasil: a forte e duradoura reativação da

economia nos países industrializados sem a qual é inútil pedir ao Terceiro Mundo que aumente as suas exportações a fim de conseguir as divisas necessárias para o pagamento de seus credores", continua o Le Monde, acrescentando que, "nestas circunstâncias difíceis, o Brasil vê-se obrigado a adotar novas medidas para conseguir a soma necessária para pagar os seus credores externos".

"A doença do presidente João Figueiredo não melhora as coisas", disse o jornal, frisando que "o vice-presidente que exerce interinamente a presidência é um civil, e ninguém duvida que ele será vigiado de perto pela oligarquia militar, que, na realidade, é quem detém o poder".

Venezuela teme conflitos sociais

Caracas — "Graves conflitos sociais" poderiam ocorrer neste país se for adotada medida semelhante à do Brasil, onde o governo reduziu os salários de milhões de trabalhadores, advertiu o presidente da Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), José Vargas.

Vargas disse que a CTV se oporá a qualquer negociação do governo venezuelano com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que implique um congelamento da economia e a redução dos salários.

O dirigente sindical mencionou recentes declarações da conferência episcopal no sentido de que "não se deve descarregar sobre os ombros dos pobres

todo o peso da crise" que a Venezuela atravessa devido à retração do mercado petrolífero mundial.

As autoridades econômicas venezuelanas negociam atualmente com uma missão do FMI as condições para refinarçar a avultada dívida externa do País, que gira em torno dos 36 bilhões de dólares, a quarta mais elevada da América Latina, depois das do Brasil, México e Argentina.

Cerca de 20 bilhões de dólares da dívida são obrigações a curto prazo com vencimento este ano. A receita total de exportações prevista para 1983 é de cerca de 14 bilhões de dólares.